ORDINÁRIA

No dia 16 de abril de 2018, às 18 horas e 30 minutos estiveram nas dependências da Câmara Municipal os seguintes vereadores: ALEF ASSOLINI, ARI O. BATTISTI, DENIR GEDOZ, ENIO GROLLI, FABIO DOLZAN, JURANDIR BONDAN, LENICE SBERSE NERY, LUCIANO BARONI, LUCILENE MARCHI, MARIA ROSALIA FREITAG COUSSEAU E MIGUEL ALBERTO STANISLOSOSKI. A Presidente Maria Rosalia Freitag Cousseau declarou aberto os trabalhos da presente sessão com a execução do Hino Nacional Brasileiro. Expediente: Matheus Chies Guerra (Vereador proponente, representado pelo Vereador Fabio Dolzan): O requerimento foi feito em virtude de toda a turbulência causada e a manifestação feita na prefeitura, o prefeito acabou não recebendo os estudantes e ficou a situação do que foi passado efetivamente e o que realmente foi entendido. Desde aquela data é sabido que o Executivo se reuniu com as Associações e as Associações convocaram reuniões com seus associados para tomada de algumas decisões. O Poder Executivo mencionou que refaria os cálculos para o valor da contrapartida fixar em 10%, ainda mencionando que essa redução significaria R\$103,00 de contrapartida por estudante e por semestre, por isso pergunta até que ponto este valor é real e se a contrapartida por estudante é de forma proporcional nesta modalidade e se deve ser considerada a frequência e distância percorrida, qual o cálculo e forma utilizada para alcançar este valor? Pergunta se quando houve audiência pública no CTG se foi passada alguma planilha para os estudantes e de que forma foi passado? Pede também se pode ser exemplificada a tomada de decisões lá. Secretário Fabiano Taufer: Agradece o convite por estar na Casa. Na reunião feita no CTG de uma massa de quase 2.000 universitários apenas 57 se fizeram presentes, foi feita convocação com edital em jornal, todas as diretorias enviaram e-mails, foi feito no sábado de manhã e houve uma participação bem aquém do esperado. A situação naquela época era de 13 associações de estudantes, que iam para 57 instituições de ensino com 1761 estudantes. Em 2013 haviam mais de 2000 cadastros e o investimento anual foi de R\$2.446.913,80, valor que ficou praticamente estável até 2016 e em 2017 no primeiro semestre teve um investimento de mais de 1 milhão e 600 mil reais, com projeção de investimento de R\$3.250.000,00 até o final de 2017, esta era a situação em 30/09/2017. Na reunião feita no CTG foi apresentado também a legislação vigente na época, até 2017 o transporte universitário foi regulamentado pela Lei Municipal 2381/2010 que institui o auxílio a estudantes para cursos não oferecidos no município e Decreto Municipal 2801/2014 que exige licitação para contratação da empresa prestadora de serviço, antes de 2014 não era exigido. O auxílio beneficiava alunos de Graduação, Mestrado, Especialização, Cursos Profissionais, Técnicos e Preparatórios e Ensino Médio (magistério), exclusivamente cursos que não são oferecidos em Carlos Barbosa. Essa legislação era vigente até 2017 estudantes matriculados em instituições localizadas até 200km de distância (ida e volta) utilizam veículo fretado. Estudantes matriculados em instituições localizadas acima de 200km de distância (ida e volta) são ressarcidos no valor de 2 passagens semanais (auxílio pessoa física). Convênios vigentes em 2017 seguem os moldes dos anos anteriores pois foram firmados ainda sob efeito da Lei 2381/2010 e do Decreto 2801/2014. Para 2018, a legislação municipal precisa ser alterada em função da vigência de nova Lei Federal (13.019/14). Até 2017 os estudantes reuniam-se em Associações e as associações faziam a licitação, definindo valor para van, micro e ônibus e as Associações faziam o cadastramento (levantamento da demanda) recolhendo uma contrapartida fixa de R\$40,00 por semestre. Após cadastro e recolhimento da contrapartida era realizado o transporte, no fim de cada mês as associações atestavam a realização do serviço e apresentavam nota fiscal e o Município ressarcia o valor atestado, recebendo o valor as associações pagavam o transporte as empresas. Este procedimento acontecia há bastante tempo. O procedimento antigo não havia previsão de limite de gastos, a demanda variava bastante, era sujeita a reequilíbrios financeiros e não havia um 'teto' de gastos, um limite para o custeio do transporte. A gestão era baseada apenas no cadastro e o controle de utilização era precário, as associações não conseguiam

ORDINÁRIA

comprovar a real utilização do transporte, não era possível saber quantos assentos eram utilizados e quantos estavam livres, o Município não consegue fiscalizar de forma adequada, não há um controle eficiente. Havia cadastros incoerentes com a utilização, como alunos matriculados manhã, tarde e noite, para alguns locais é impossível ir e voltar em todos os horários, a maioria dos alunos ia de manhã e voltava a noite, mas cadastrava ida e volta para cada viagem, por ter a comodidade de poder voltar caso em um dos horários não houvesse aula, ou houvesse prova. Alguns alunos por exemplo da Ucs- Carvi (Bento Gonçalves) na 6ª feira a noite por exemplo raramente utilizavam o transporte, há reserva de assentos que não são ocupados, isso atenderia a conveniência do aluno para quando quisesse utilizar o transporte. Outra incoerência seria a utilização do transporte por alunos EAD, que utilizam o transporte de 2 a 4 vezes por semestre, o lugar destes alunos pode ficar vago por até 20 semanas. Os destinos com baixa ocupação seguem as mesmas regras dos destinos mais utilizados, por exemplo a Feevale com média de 2 alunos por dia ao custo de R\$273,00, é financeiramente inviável, por isso da necessidade de firmar convênios com outras associações. Também há a desproporcionalidade entre destino e frequência de uso, alunos que vão para a Fisul em Garibaldi pagam o mesmo valor que alunos que vão para a Unisinos em São Leopoldo, alunos que utilizam o transporte apenas uma vez na semana pagam o mesmo valor que alunos que utilizam seis vezes na semana. Com a entrada em vigor da Lei Federal 13.019/2014 a Legislação Municipal teve que passar por ajustes e se adequar a esta Lei para poder fazer parceria com as associações. O auxílio segue para Graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, especialização, cursos profissionais, técnicos e preparatórios (pré-vestibular), exclusivo para cursos não oferecidos em Carlos Barbosa em instituições até 200km de distância. Conforme regulamentado pela Lei 13.019, a administração pública pode firmar parcerias com Organizações da Sociedade Civil. Fica excluída a possibilidade de parceria entre Poder Público e Pessoas Físicas. Ressarcimento do valor de 2 passagens semanais para estudantes matriculados em instituições acima de 200Km é extinto. Município lançará editais de Chamamento Público para selecionar entidades dispostas a realizar o serviço em parceria com o Município. Editais serão separados por cidade/destino. Cada destino será operado por apenas uma associação, Ex. ABASINOS, AEULBRA e AFEEVALE, que organizam o transporte em todos os horários para São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo. Conforme estabelece a Lei 13.019, o valor a ser transferido pelo Município deve ser estabelecido antes da execução do serviço, sem possibilidade de aditivo. Em caso de aumento de demanda e/ou elevação de custos durante a execução da parceria, o Município não poderá aumentar o valor do repasse à Associação. O valor será baseado na utilização do serviço durante período anterior. Contratação das empresas prestadoras do serviço continuará sendo através de processo licitatório. Município define o valor destinado para cada roteiro baseado na utilização do serviço durante período anterior, após firmar parceria, Associações contratam empresas através de processo licitatório e o repasse é feito as associações em parcelas mensais. A Contribuição ao Fundo EU PROJETO é retida no ato do repasse. As Associações estabelecem os valores a serem cobrados dos estudantes, conforme suas particularidades. Deverá haver variação conforme a frequência semanal e a prestação de contas será mensal. Os destinos com alta ocupação (Ex. Bento Gonçalves, Caxias do Sul, São Leopoldo) utilizam normalmente o serviço licitado, para serviços de baixa ocupação será possível buscar alternativas mais econômicas como firmar parceria com outras associações, inclusive de outros municípios. As Associações prestarão contrapartidas na proporção de 15% do valor recebido, deduzido no ato do repasse do recurso, isto era o previsto quando foi lançada a ideia, mas será 10% após projeto aprovado na Casa. O valor da contrapartida será depositado em Fundo Municipal para ser usado no custeio de ações em Segurança e Educação. A contrapartida poderá ser custeada por realização de promoções e eventos, ou ainda através de parcerias firmadas com outras entidades ou empresas. A contrapartida poderá também ser custeada pelos associados conforme necessidade da

ORDINÁRIA

associação. Neste caso deverá ser respeitada a proporcionalidade quanto à utilização semanal (diferenciar 1x/semana, 2x/semana, etc...). A intenção é cada vez melhorar mais a gestão do serviço e para isso a ideia é a execução do transporte com utilização de software para registro individual de utilização. O software será fornecido pelo município e deverá ser utilizado por todas as Associações, este software visaria fornecer dados consistentes sobre a execução do serviço diariamente, tendo um papel fundamental para a gestão e fiscalização do serviço. A Reunião de orçamento no dia 30/10/17 definiu o valor total de R\$3.400.000,00 a ser investido no transporte universitário em 2018. A publicação da Lei 3469/17 foi no dia 28/11/17 (encaminhado para câmara no dia 26/10/17). A Licitação para contratação das empresas de transporte foi realizada em 19/02/18 e o depósito da primeira parcela foi feito em 20/02/2018, tendo sido realizado o cadastro dos estudantes (entrega de documentos) em 24/02/2018, são 10 associações para 11 roteiros. Houve reunião convocada pelo prefeito em 27/02/2018, pois haviam muitos questionamentos e as associações foram chamadas para discutir toda a situação exposta no momento. Depois da reunião em que foi anunciada a redução no percentual da contrapartida, foi solicitada as associações uma decisão dos estudantes quanto ao modelo de contrapartida, se preferiam que fosse feito de forma proporcional ou se preferiam ter uma contrapartida fixa de 103 reais por semestre para 2018/01 teve assembleia geral no dia 04/03, mas entre o dia 1º e 16/03 foi feita uma auditoria com todas as associações para ver como tinha sido o processo de informação dos valores, todas as diretorias foram pessoalmente e foram feita a montagem dos valores a serem cobrados como contrapartida. A decisão da assembleia foi de manter o regime de proporcionalidade encaminhada ao executivo no dia 16/03/2018. Por esta decisão foi encaminhado a Casa o Projeto de lei que altera o percentual da contrapartida, este foi encaminhado no dia 22/03/2018. A Previsão de custos e estimativa de valores foram baseadas no ano anterior, sem a utilização das informações obtidas no cadastramento de 2018/1, a partir dos dados atualizados será necessário fazer ajustes nos valores. Foi feito um cálculo muito superficial por algumas associações, a emissão e cobrança de boletos antes do cadastro gerou alvoroço, foi feita cobrança de passagens casadas, pagamento de ida e volta em todos os turnos inscritos, com isso teve boletos com valores muito expressivos, não condizentes com a realidade, foi um equívoco que vai ser corrigido. A redução da contrapartida para 10% vale a partir da lei promulgada e as Associações aguardam essa definição para repassar os novos valores aos associados. Vereador Enio Grolli (sobre o convite para as Associações de Estudantes): O vereador diz que tinha algumas perguntas para fazer para associações mas como não veio nenhuma o vereador fala sobre elas e pede que se as associações entenderem em responder depois poderá ser comentado na Câmara a respeito delas. Pede qual era o papel de intermediação entre Associações e Executivo? Se foi pensado nos estudantes que vem do interior de carro para pegar ônibus no horário das 12:00/13:00h? Como seria possível resolver esta questão visto que por conta da zona azul o tempo de permanência seria de 3 horas e os estudantes deixam carro por mais tempo. Também pede se foi pensado em unificar as associações para ter mais controle e transparência, porque não se dá transparência e publicidade para os roteiros e paradas cobradas para que fique claro o que é contrapartida e o que é custo dos alunos e das associações como paradas fora de roteiro, escritório e contabilidade, custo dos boletos e demais custos da associação. ESPAÇO PARA DEBATE: Vereadora Lenice Sberse Nery: A vereadora diz que é notório que todos tem uma grande preocupação com o transporte universitário e quanto eles podem colaborar com o município, nas qualificações que eles buscam fora do município e trazendo para a cidade. Quando surge um problema se busca pela solução e pede se essa licitação que as associações fizeram para a contratação das empresas foram feitas unicamente ou loteadas? Houve erros de cálculo das associações e pede se há um fiscal da prefeitura que controla e verifica isso para quem sabe não ter chegado a situação que chegou? Se fosse mudado o objeto da licitação, se saísse do objeto viagem para número de alunos, essa viagem que vai 2 alunos a empresa teria que se

ORDINÁRIA

responsabilizar e fazer o transporte, independente de alunos. Pensa que o software falado pelo secretário tem que ser colocado na licitação e ser pago pela empresa e não pela prefeitura, pensando em economia. Assessor Jurídico Alisson De Nardim: Diz que as licitações são de responsabilidade da associação, o município apoia com pessoal e sabedoria, é feito um único edital com roteiros individualizados por associação, então tem um vencedor para Bento Goncalves, um para Caxias do Sul, um para Unisinos, um para Feevale, podendo ter mais um vencedor por roteiro. A licitação é por destino, cada destino tem uma associação responsável e uma empresa vencedora. Quanto ao número de alunos há uma vedação do Daer sobre o que é fretamento, que aluga o carro e o que é venda de passagem, a modalidade que o município pode optar e se responsabilizar é o fretamento, não podendo nunca comprar bancos, apesar de que o município gostaria muito, mas são vedados por conta da Legislação que envolve o Daer. Secretário Fabiano Taufer: Em relação ao apoio do município, há um servidor que faz o apoio para as associações, é uma questão que está sendo revista, porque por um único servidor passa toda a conta do transporte universitário e também do transporte escolar, são mais de 6 milhões de reais que passam por uma única pessoa. Na questão de orientação sempre houve um relacionamento muito bom com as associações, o supervisor sem teve atenção em relação a isso, sempre tirando as dúvidas. Mas uma coisa é apoiar, outra é intervir na associação, a parceria pressupõe uma ajuda mútua, todas tem seus mecanismos e pode variar de uma para a outra, no fim da auditoria foi preciso chamar todos para todo mundo ir na mesma linha, mas o que se pretendia é que cada associação pudesse fazer gestão da sua maneira mais adequada. Vereadora Lenice Sberse Nery: O que achou complicado e por isso falou em número de estudantes e não em viagens porque é óbvio que se o estudante faz um TCC ele vai na hora em que seu orientador o chama e como o mundo é cada vez mais digital, nem todas as aulas são presenciais, muitas são digitais, sempre lhe preocupou o fato de muitas vezes seu filho lhe dizer que foram em 04 no ônibus por isso a necessidade de buscar alternativas, se o DAER não permite é preciso rever isso, porque se fala em dinheiro público aplicado, a lei faz esse cerceamento e é baseada em atos morais mas é possível a tentativa de fazer mudanças, para que tudo saia da melhor maneira. Pede que haja muito empenho nessa questão porque a vida do estudante universitário é uma tripla jornada, por isso se entende da dificuldade deles participar mas é importante. Secretário Fabiano Taufer: A questão da participação dos universitários é uma queixa muito recorrente desde os primeiros contatos com as direções das associações, o pessoal não participa, não quer saber de nada, quer utilizar o serviço e só isso. No episódio do começo do ano foi um retrato, as pessoas não sabiam do processo, quando foram chamadas poucas compareceram. O Poder Executivo tem uma possibilidade de aprender com a Câmara de Vereadores, já que usando o facebook e transmissões ao vivo a Câmara consegue atingir pessoas que não podem ir na secretaria, as pessoas não vão ao encontro para saber das informações. Sobre o software a Prefeitura pretende contratar mas é válida a sugestão das empresas contratarem o software para desonerar o trabalho da secretaria mas há a questão que enquanto se vai utilizar um serviço que é contratado para outra pessoa, este serviço está prestando contas para outra pessoa e não para o município e o município quer contratar uma empresa que responda para ele. Vereadora Lucilene Marchi: Agradece a presença do Secretário Fabiano e do Assessor Jurídico Alisson, diz que é muito importante todas as informações repassadas e tudo o que é novo gera um desafio. Na época que a vereadora estudava a associação era bem atuante e disposta a fazer bailes, bingos para arrecadar dinheiro e funcionava. Sobre a ideia do software diz que é bem viável, ajudaria bastante e diminuiria o valor a ser pago. Secretário Fabiano Taufer: Diz que trabalham justamente para aprimorar os mecanismos tidos para gerir, fiscalizar e controlar o sistema. A sugestão de ter um aplicativo que as pessoas possam confirmar se vão ou não pra aula acontece em algumas associações, as associações do interior no final de 2017 já conseguiam saber quem iria pra aula, quantas cadeiras faria, e foram associações que acertaram os valores da

ORDINÁRIA

contrapartida, estavam muito bem sintonizados e tinham um controle e boa comunicação interna, o que é bastante benéfico. Vereador Jurandir Bondan: Diz que entendeu como são feitas as licitações mas uma vez podia acontecer de uma empresa que tem uma van pegar uma linha específica e fazia essa linha, dessa forma daria para baratear um pouco mais, pede se isso é viável se pode se fazer algo neste sentido? Também o secretário disse que não havia muito controle dos estudantes e o vereador pede porque não foi pensado em fiscalizar um pouco mais para não chegar neste ponto? Assessor Jurídico Alisson De Nardim: Diz que é bem interessante o comentário do vereador e esse sistema de mais participação de pequenos empresários é anterior a intervenção do Ministério Público em 2014, quando a associação fazia a gestão direta e era menos formal e burocrático, porém com o acordo assinado houve de se adequar a legislação, por isso das dificuldades em ampliar um pouco mais a participação, há uma dificuldade de gestão que estão tentando melhorar, se houvesse 3 ou 4 prestadores de serviço por roteiro talvez as coisas fossem melhores. A nova lei trouxe benefícios mas também dificuldades e desafios, mais a frente se houver o software funcionando talvez seja possível abrir a uma participação maior de empreendedores mas atualmente a forma que a lei de licitações impõe a contratação fica dificultada a contratação de mais gente justamente pela gestão, por isso da decisão de manter por cidades só um prestador mas não é uma decisão fechada. Secretário Fabiano Taufer: A questão da logística é muito problemática, não tem como ter pra uma linha uma empresa que leva van, uma micro e outra ônibus, pode acontecer de no semestre a van não ir nunca e a empresa que disponibiliza ser prejudicada, também pelo acordo com o Ministério Público é preciso usar este sistema. A questão do controle sim é uma questão que preocupa muito no serviço público como um todo a maior dificuldade é ferramentas de controle de utilização. Vereador Fabio Dolzan: O vereador diz que em sua explanação o secretário falou que a prefeitura não tinha um controle ou que era extremamente deficitário na gerência do transporte universitário e era uma coisa que o vereador Ari sempre comentava, então essa falta de controle foi repassada as associações e não foi dado subsídio a elas para que trabalhassem com plenitude, assim o vereador pede de que forma a secretaria auxiliou e pretende auxiliar as associações durante essa mudança? Como a prefeitura pretende fiscalizar o cumprimento dos termos do contrato/termo de cooperação e se nesse termo também consta que todas as associações devem cumprir a legislação federal? Também diz que o prefeito comentou sobre um valor médio de R\$103,00 e pede se o secretário tem uma estimativa do maior valor que vai ser pago por alguma associação/estudante? Pede ainda se existia algum prazo para as associações fazerem o pagamento da contrapartida para a prefeitura? Porque foi bastante comentado que o pessoal tinha um prazo para pagar a prefeitura e não tinham nenhum dado para por em prática o cálculo que teriam que fazer para solicitar a contrapartida para cada estudante e isso acabou gerando todo o impasse entre o que foi cobrado e o que realmente devia ser cobrado. Secretário Fabiano Taufer: A questão da fiscalização acontece que ao longo dos anos sempre foi deixado para as associações o papel de fiscalização efetiva, controle e gestão do ônibus, ou seja, a associação que deveria perceber que há 40 alunos cadastrados mas estão indo só 20 e ao invés de mandar ônibus manda micro, as associações talvez não tenham dado real importância a fiscalização porque a conta no final era paga exclusivamente pelo município. O município continua pagando 100%, R\$3.400.000,00 já estão garantidos, há expectativa de gastar menos porque as associações estão se obrigando a fazer gestão. Em relação ao apoio dado pelo município nas mudanças, é sempre possível apoiar mais, mas foi dado suporte e as associações são parceiras e tem autonomia para gerenciar seus recursos. Hoje com a proporcionalidade interessa para as associações que tenham menos veículos indo, para ter o mesmo conforto que havia antes hoje é preciso contribuir mais, então é perceptível uma recuada nos cadastros, a situação só vai ser 100% sanada quando tiver um controle individual de acesso e está sendo trabalhado forte para que no segundo semestre se possar ter um equipamento para controlar ainda melhor. Vereador Ari O.

ORDINÁRIA

Battisti: Ouviu atentamente o que o secretário falou e discorda frontalmente em alguns pontos e elogia em outros, discorda quado diz que se tinha que deixar números de vagas para estudantes EAD, a lei que criou o transporte gratuito em 2005 e todas que se sucederam falavam que apenas o aluno com aulas exclusivamente presenciais, ead não se enquadra nesse artigo, então só se enquadram no dia que forem para a aula. Quanto a fiscalização é da prefeitura legalmente e moralmente e na administração passada não houve agora parece ao vereador que está tendo, e já que na administração passada não houve fiscalização pede ao secretário quais as medidas tomadas e quais ainda serão tomadas para estancar este tipo de situação já que é dever legal do Poder Público a fiscalização? Quanto ao cadastro ser efetuado no site da empresa como é feita a conferência do cadastro feito e a matrícula e qual a justificativa para a concessão de 8% de aumento sobre o transporte universitário já que o IGP-M foi negativo? Secretário Fabiano Taufer: Em relação as disciplinas ead a atual lei fala em atividades presenciais e mesmo na modalidade ead há atividades presenciais, então o que é pretendido com a questão de implantar a proporcionalidade é que a pessoa que faz aulas ead ao invés de marcar o X toda a segunda-feira contribua com a passagem só no dia que vai, sendo possível organizar de maneira mais eficiente. A fiscalização por enquanto fica com as associações, os cadastros são feitos pelas empresas mas não há problemas se fosse também na secretaria de educação ou no site da prefeitura porque o que interessa realmente é a utilização, e é nesse ponto que a prefeitura está carente pois não tem condições de fiscalizar todas as linhas, os 11 roteiros diariamente é inconcebível, por isso é preciso o uso da tecnologia. Assessor Jurídico Alisson De Nardin: Quanto a questão da formação do preço a licitação possibilita duas formas: por planilhas que no município ainda não tem mas pode ser que tenha em um futuro próximo e também cotação de mercado, a licitação é responsabilidade da associação, quando se iniciou o procedimento as associações foram até as empresas de transporte e buscaram saber o posicionamento de preço. O IGP-M foi negativo, porém, o município já enfrenta dificuldade em manter isso, há pedidos de reequilíbrio de contrato por conta da gasolina, questão de dissídio coletivo, então as associações vem com orçamento de mercado até superiores e tanto o setor de transporte quanto o Governo sentaram para falar da inviabilidade de repassar valores pretendidos e se entendeu por padronizar pelo menor dos valores que foi os 8%. Outros serviços como limpeza está havendo o reequilíbrio ou até desistência de contratos por força de que os prestadores não conseguem cumprir com as obrigações diante do cenário do IGP-M negativo, e os 8% surgiram de pesquisas de mercado. Vereador Luciano Baroni: Lhe chamou bastante atenção a explanação e quanta incoerência, desigualdade e desperdício havia no sistema adotado até hoje, e afirma que o Governo Zibetti tem coragem para tocar em um assunto complexo, porque seria simples ficar na mesma e acabar com o discurso populista de alguns, ia ser bom pra todo mundo, a desigualdade ia ficar soberana como sempre foi mas o Executivo teve coragem de tocar no ponto crítico e democratizar a contrapartida. Há um reboliço na sociedade porque o Executivo saiu da zona de conforto e quer fazer um fundo de R\$340.00,00 não para fazer viagens para paraísos turísticos mas para investir em segurança e educação que são questões fundamentais. Fala sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que em seu art. 11°, V diz que oferecer educação em nível fundamental deve ser prioridade e só atender outros segmentos quando este estiver plenamente atendido e a partir disso o vereador pergunta se esses R\$3.400.000,00 fazem falta nessa educação fundamental que é dever e obrigação exclusiva do município? Secretário Fabiano Taufer: O fundo criado com a contrapartida do transporte universitário surge em um momento que a segurança e educação precisam muito dele e vem para puxar o universitário para colaborar de alguma maneira, futuramente será possível colaborar com o conhecimento que adquirir na universidade mas atualmente é possível colaborar com o município na forma da contrapartida. O transporte continua sendo 100%, para quem paga ele continua sendo 100% mas para quem recebe o serviço ele não é de graça, o valor que está sendo retido ao fundo não

ORDINÁRIA

está voltando para ser utilizado no transporte ou pelo município para pagar salário, está sendo aplicado no fundo que vai beneficiar a comunidade como um todo e a primeira ação possibilitada pelo fundo será a compra de ambulância pros bombeiros ou veículo para polícia civil, fazendo com que os estudantes possam dar sua contribuição desde então ao município. Não é uma obrigação do município este transporte mas o município continua com o interesse pois vai fomentar o curso superior e vai fazer com que se tenha pessoas mais capacitadas trabalhando na comunidade. Mas R\$3.400.000,00 seria um aporte muito grande para o município cumprir funções que são suas e as vezes o município carece deste recurso por alguma manutenção, alguma iniciativa, mas é importante na possibilidade de fazer o apoio ao universitário o município manterá esse apoio. Vereador Denir Gedoz: Diz que com a explanação do secretário e do Dr. Alisson se entende cada vez mais que o vereador não estava errado no que falou na tribuna, faltou um entendimento maior das associações para fazer a gestão correta, mas talvez poderiam ter procurado ajuda para entender melhor. A explanação foi muito clara, infelizmente não houve participação dos alunos, também na apresentação não tinha como apresentar valores porque seriam 15% dos R\$3.400.000,00 que seriam definidos no final de fevereiro com o cadastramento. Em sua tribuna o vereador comentou que não sabia porque as associações emitiram boletos sem saber quantos alunos iriam para os roteiros, o que demonstra um despreparo das associações perante seus associados. Primeiramente diz que o município estipulou R\$3.400.000,00 que foi 4,64% a mais do que o ano anterior, qual o valor que as associações apresentaram depois de ter as inscrições fechadas? Depois de todo o embrulho que deu diminuiu o valor, a que valor foi chegado? O município tem alguma pesquisa com a população para saber se esta concorda com o transporte escolar e com a contrapartida? Secretário Fabiano Taufer: Em relação aos R\$3.400.000,00 empenhados e destinados ao transporte e o que se tem até agora é o custo estimado de cada associação que fecha em R\$1.708.000,00 e o que se tem disponível é R\$1.7000.000,00, ou seja, há R\$8.000,00 a mais que o previsto, com uma racionalização do sistema o secretário espera que isso diminua e o valor empenhado seja o suficiente. Quanto a pesquisa sobre a compreensão da população não há na secretaria de educação para saber se a população concorda e o que entende a respeito do transporte universitário. Teve associações que receberam um valor e em assembleia apresentaram um valor maior que seria gasto, mas a princípio as contas vão fechar. Vereador Alef Assolini: Agradece ao Executivo pela possibilidade de transporte a Graduação e se não fosse a ajuda do município talvez faria menos cadeiras. É totalmente favorável a lei da forma que ela veio e ao fundo, também fez suas críticas a respeito do sistema e se fosse por passagens diminuiria muito o custo. Diz que hoje existe a possibilidade de um doutorando ir apenas uma vez por semana para a aula e pede se isso não se enquadra na problemática do DAER sobre venda de um banco. O vereador diz que tem diversas críticas a forma que foi conduzido o processo, já havia acesso a tabelas e sabiam quanto mais ou menos os estudantes iriam pagar e isso não foi apresentado na reunião no CTG e isso seria um ponto chave para conseguir mais engajamento do pessoal, poderia ser feito muito mais. Nesse momento há alternativas para estudantes que fazem faculdade em Passo Fundo, UFRGS, pede qual a ideia que está sendo desenvolvida exatamente? Sobre o aplicativo diz que há comentários que para o segundo semestre do ano poderá estar pronto, o vereador pede se há algo mais concreto a passar, agradece. Secretário Fabiano Taufer: Sobre a divulgação diz que sempre há possibilidades de melhorar, uma coisa que chamou atenção é que não foram mais de 2,3 pessoas conversar com o secretário sobre o assunto, parece que houve pouco interesse mesmo mas certamente se poderia ter utilizado outras estratégias e veículos para chegar mais efetivamente as associações. O aplicativo está sendo trabalhado, tem que ser de registro individual, de forma biométrica mas esbarra em problemas técnicos como custo, internet no veículo, o que querem é contratar um serviço que funcione mesmo, que solucione problemas ao invés de criar mais, para que possa fazer monitoramento diário. Assessor Jurídico Alisson De Nardin: A

ORDINÁRIA

questão do doutorando se explica na demanda, o aluno precisa do serviço mas também a modalidade da contratação se dá por fretamento então tem uma interligação e cabe a associação dispor do veículo fretado independente de quantos alunos forem, tendo o doutorando o direito a usar este veículo quando for para a aula, assim se trabalha com médias, tendo uma demanda mais adequada, gostariam muito de discutir a legislação mas é nacional e resta somente o fretamento não tem possibilidade de contratar o banco individual, mas nada impede que se discuta ou leve adiante a demanda para o futuro. Quanto a questão do estudante que está fora dos 200km em primeiro momento houve a negativa por conta da Lei 13.019 que impedia de fazer qualquer repasse para pessoa física, exigindo repasse a uma sociedade civil, mas estão buscando auxílio de órgãos para viabilizar a ajuda e pode reestabelecer este beneficio. Vereador Miguel Alberto Stanislososki: O vereador gostaria que os presidentes das associações estivessem presentes porque foram convidados, pois gostaria de ouvi-los, o vereador nunca vai contra comunidade, associação, porque seria para beneficiar as pessoas, e pensa que já que as associações não vieram eles estão contentes como está. O vereador diz ainda que no tempo de sua licença uma pessoa lhe falou que quando o secretário estivesse na Câmara iriam lotar o plenário e ele iria ouvir, o vereador rebate dizendo que não ouviu ninguém. O vereador comenta sobre os cadastros do posto de saúde que houveram fraude de assinaturas para uso dos recursos por pessoas de outros municípios e pede se há alguma fiscalização quanto ao cadastro para que este tipo de situação não ocorra? Secretário Fabiano Taufer: A utilização indevida dos serviços oferecidos pela cidade é uma preocupação muito grande, esse fato de pessoas tentando burlar no centro de saúde acontece também na educação para vagas em berçário, escola. A Secretaria de educação adotou um novo procedimento e para poder fazer inscrição para vagas em berçário é preciso estar inscrito no cartão saúde do município, pois pressupõe que a pessoa passou por uma triagem e realmente vive na cidade. Para o transporte universitário a ideia também é fazer esta exigência. Aconteceram tentativas de burlar o transporte mas no momento que foi solicitada documentação complementar as pessoas não insistiram em se cadastrar no município. Vereadora Maria Rosalia Freitag Cousseau: Diz que faz suas as palavras do vereador Miguel por ser realmente uma pena não ter um presidente de uma associação presente porque o Executivo veio disposto a explicar tudo o que aconteceu, está retrocedendo de 15 para 10% porque acharam muito mas foi só um erro de cálculo, houve uma série de erros realmente, talvez o Executivo não se explicou o suficiente para as associações mas também estes não buscaram a solução de suas dúvidas. Tudo o que é de graça é bom e não precisa dar valor mas a partir do momento que tem que tirar 1 real do bolso se vai atrás. O entendimento está claro desde que a Lei foi aprovada mas para muitos não ficou claro e estes deveriam ter buscado auxílio e ninguém veio nem para a Casa para saber o que se passa. Cabe aos legisladores fiscalizar o que está sendo feito e como será usado o dinheiro que está sendo posto no fundo eu projeto. Secretário Fabiano Taufer: Agradece a vinda a Casa, ao vereador Mateus que foi quem solicitou, em um primeiro momento solicitaram para aguardar pois gostariam de ter os dados corretos e a planilha apresentada é de domínio público, se alguém estiver interessado está disponível. Agradece a possibilidade de esclarecer. A questão da comunicação é fundamental e talvez tenha se pecado neste item, mas vê que talvez tenha havido um erro das duas partes porque universitários também poderiam ter participado mais, a maior reclamação das associações é pela baixíssima participação dos universitários. O trabalho feito foi adequado, tirando as dúvidas da comunidade, infelizmente nenhuma associação participou mas o secretário se coloca a disposição para qualquer dúvida e necessidade que seja da secretaria da educação. Expediente: Ata nº 10/2018 - Sessão Ordinária do dia 02/04/2018. Aprovada por 8 votos favoráveis e 2 abstenções dos vereadores Jurandir Bondan e Miguel A. Stanislososki. Ata nº 11/2018 - Sessão Ordinária do dia 09/04/2018. Discussão e votação na próxima sessão. Informes da Presidência: Of. nº 549/2018/SMA – Encaminhamento de Projeto

ORDINÁRIA

de Lei. Of. Circ. nº 006/2018/Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão – Encaminhamento de exemplar da 1º Edição Genealogia dos Municípios do Rio Grande do Sul. Indicação 55/2018 – Vereador Jurandir Bondan – Criação de espaço para carga e descarga em frente a Ferragem Barbosense, ou proximidades. Indicação 56/2018 – Vereador Jurandir Bondan – Mudança no sentido da parada obrigatória na esquina das ruas Nova Prata e Alberto Pasqualini, no início do muro. Indicação 57/2018 – Vereador Jurandir Bondan – Roçada e limpeza na esquina das ruas 21 de Abril com a rua Nova Prata. Indicação 58/2018 – Vereador Jurandir Bondan – Pode de árvores localizadas na esquina das ruas 21 de Abril e Nova Prata. Indicação 59/2018 – Vereador Jurandir Bondan – Que seja providenciada a pavimentação no final da rua Marau. Indicação 60/2018 – Vereador Jurandir Bondan – Que seja providenciada pavimentação asfáltica no trecho mais íngreme e com morro na estrada localizada na entrada de Santa Luiza, com acesso pela rodovia 446. Pedido de Informações nº 06/2018 – Vereador Jurandir Bondan – Pedido de Informações sobre o Loteamento Santa

Helena. (Esta proposição será discutida e votada na Ordem do Dia). Moção nº 03/2018 — Vereador Jurandir Bondan — Moção de Louvor à Associação de Moradores do Bairro Ponte Seca, pela sugestão e encaminhamento dos trâmites necessários pra a concessão do título de Capital Nacional do Futsal para a cidade de Carlos Barbosa, bem como ao Senhor Clóvis Tramontina pelo apoio incondicional para o desenvolvimento das atividades da ACBF. (Esta proposição será discutida e votada na Ordem do Dia). Moção nº 04/2018 — Vereador Luciano

Baroni – Moção de apoio **à** proposta de Emenda Constitucional nº 35, de 2015 que "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. (Esta proposição será discutida e votada na Ordem do Dia). Uso da Tribuna: VEREADORA LENICE SBERSE NERY: Faz uso da Tribuna para falar sobre o modelo de atenção a saúde implantado no município de Carlos Barbosa. A vereadora mostra através de um vídeo o que é necessário para preservar e promover a saúde dos municípes; O vídeo fala que em diferentes locais, tanto cidades grandes quanto pequenas transformaram Unidades Básicas de Saúde em Estratégias de Saúde da Família. As unidades básicas de saúde contam em suas equipes com algumas especialidades como clínicos, ginecologistas, pediatras, além de outros, e eles trabalham em uma lógica de atendimento passiva, buscando atendimento quando precisam resolver um problema e para outros problemas de saúde que não há profissionais especializados teria que buscar em outro local que poderia ser em outro lado da cidade ou mesmo em outras cidades, esse modelo tradicional foi importante na década de 70 e 80 principalmente porque focava nos problemas de saúde que existiam no Brasil naquela época: mortalidade materno infantil, doenças infecciosas, esses problemas continuam sendo importantes mas a coisa está bem mais complicada hoje, os problemas crônicos e pessoas que tem vários problemas de saúde, que seriam cuidados por vários especialistas se tornaram regra e não a exceção e para cuidar disso de forma eficiente é preciso uma equipe que tenha atenção integradora que cuide independente do problema e quantidade de problemas, as unidades de estratégia da saúde entram nesse momento, elas não tem ginecologista e clínico na porta da frente, mas tem os médicos de família e os generalistas, além da equipe de enfermagem, pessoal da saúde bucal, dentre outros, e resolvem de 85 a 90% dos problemas de saúde, o restante dos casos não resolvidos são acolhidos por outras especialidades focais, que são problemas menos comuns que precisam de um procedimento cirúrgico ou exames mais específicos e estão concentrados nos hospitais. A estratégia de saúde da família tem responsabilidade sanitária, tem a responsabilidade de conhecer os problemas mais comuns de sua área de abrangência e principalmente acompanhar as pessoas e sua saúde ao longo do tempo, o médico da estratégia da saúde não pode dizer que o

ORDINÁRIA

problema não é com ele ou não é ele que resolve, porque ele resolve quase tudo, ele cuida da pessoa e se ele e a equipe estiverem muito atarefados em outro momento o problema será resolvido. A estratégia de saúde da família é qualificada e tem sido incorporada em vários tipos de serviços porque está provado que a medicina de família e comunidade tem resultado muito positivos de saúde e qualidade de vida no Brasil e no mundo, tendo os maiores problemas de saúdes resolvidos. A vereadora diz que trouxe o vídeo pois é preciso começar a repensar como é a saúde do município e fazendo um olhar para a região, fazendo uma diferença entre o Posto Tradicional e a Estratégia de Saúde da Família, o Posto Tradicional é o que se tem no centro de Carlos Barbosa e outros tantos no interior e Posto Estratégia e Saúde da Família é o que tem em Arcoverde, o modelo de Carlos Barbosa atendia os anos 70 e 80 de lá para cá o Ministério da Saúde estabeleceu o Estratégia e Saúde da Família, tendo apenas 2 em Carlos Barbosa. A vereadora traz isso para se pensar que como as doenças não são mais as mesmas dos anos 70 e 80, o maior indíce é de doenças crônicas não transmissíveis, exigindo um modelo de atenção voltado ao caráter educativo das questões, uma doença que se estabelece a longo prazo precisa de atenção voltada em educação em saúde e as Estratégias de Saúde da Família contam com médicos, técnicos e agentes de saúde que fazem visita em domícilio, cumprindo metas e tendo responsabilidade sanitária sobre seu território. Uso da Tribuna: VEREADOR ENIO GROLLI: O vereador fala sobre a subprefeitura de Arcoverde e a exoneração do subprefeito, diz que está acontecendo por parte de alguns setores do Governo um tipo de boicote as comunidades do 2º distrito, diz que é preciso um pouco de cuidado pois o subprefeito pedia máquinas e não tinha, pediu na Linha Doze e Dezenove há três meses pedindo e o problema não era solucionado. É preciso ter só um governo porque dentro de alguns setores é possível perceber a presença de dois Governos; O subprefeito realmente gostava de trabalhar na comunidade e não fazia isso por dinheiro, pois se fosse trabalharia em suas empresas. O vereador diz que o subprefeito sente-se muito triste e abalado com o fato inclusive tendo pedido desculpas as comunidades por não ter dado sequência aos trabalhos. Todos os setores tem que trabalhar unidos e juntos porque foi uma perda muito grande para o 2º distrito a exoneração do subprefeito. Enquanto outras prefeituras trabalhavam a todo o vapor no 2º distrito era pedido maquinário mas não era atendido. Aparte Vereador Luciano Baroni: Diz que no meio político há uma séria de circusntâncias que envolvem uma administração pública, cada pessoa tem uma forma de administrar mas todas tem que buscar o bem comum. O vereador Luciano não acredita que tenha ocorrido essa espécie de boicote a qual se refere o vereador Enio porque problemas nesses 11,12 anos que o vereador está no Legislativo e acompanhando o Executivo de perto sempre surgiram problemas, mas parece um pouco delicada a declaração do subprefeito mas todos sabem da competência dos secretários e problemas de maquinário tem de toda espécie em todas as subprefeituras e caberia uma averiguação maior para tentar esclarecer bem os fatos. Aparte Vereador Denir Gedoz: O vereador Denir considera a declaração do vereador Enio uma denúncia de irresponsabilidade do Governo, acreditanto que o Executivo Municipal não saiba destes fatos, não sendo possível saber até aonde o subprefeito levou para o Executivo a informação trazida, mas a informação obtida foi que o subprefeito teria pedido exoneração porque não estava conseguindo dar a atenção necessária a sua empresa, então há alguma informação equivocada, acreditando que caiba averiguação maior e não acredita que ocorra um boicote dentro do Executivo. O vice-prefeito inclusive pediu relatório a respeito das máquinas para saber o que está acontecendo. Aparte Vereadora Maria Rosalia Freitag Cousseau: Diz que o assunto levado a tribuna pelo vereador é importante e como trabalha na agricultura tem contato direto com os subprefeitos e sabe que a reclamação é de todos eles pois o município é grande e há falta de máquinas, brita, caminhão para todas as subprefeituras. A vereadora acredita que entre o trabalho dele e a pressão não foi possível suportar e é importante averiguar e ser revisto o que aconteceu. A vereadora sente uma pena muito grande pela exoneração do subprefeito

ORDINÁRIA

pois o 2º distrito estava extremamente satisfeito com o seu trabalho. Aparte Vereador Fabio **Dolzan:** Diz que quem sai perdendo é a comunidade. Está tendo desencontros de informação porque a declaração dada pelo subprefeito ao jornal seria essa que o vereador Enio comentou e a declaração dada pelo Governo vai de encontro ao que o vereador Denir e Baroni comentaram, seria importante ir mais afundo nas investigações para que o Executivo tome as medidas necessárias para que a comunidade saia ganhando, é importante que toda a comunidade saiba realmente o que aconteceu, mas que a situação seja averiguada e colocada as claras. Aparte Vereador Ari O. Battisti: Neste momento acredita no vereador Enio por ser o Líder de Governo e está falando em nome deste, e se a comunidade estava satisfeita com o serviço que ele estava prestando o boicote não é para a pessoa do subprefeito e sim para a comunidade para a qual ele trabalhava, e isso é muito grave e precisa ser verificado, quem perdeu não foi o subprefeito foi a comunidade. O vereador diz que tem que ir afundo e verificar realmente o que aconteceu e que o Governo se reestabeleça em cima de ajudar a comunidade. VEREADOR ENIO GROLLI: Diz que fala como Líder de Governo pois o Governo é transparente e se tiver algum problema tem que ser solucionado, também como líder não poderia se eximir de sua responsabilidade de falar sobre o assunto. Aparte Vereador Jurandir Bondan: Diz que seria interessante que o assunto viesse realmente as claras mas talvez não seja só um boicote porque em várias áreas do município isso vem acontecendo, há poucos dias conseguiram dar uma ajeitada na estrada do Castro, na 21 de abril fazem três semanas que abriu um buraco e ninguém foi ver, um acidente ocorreu e nada foi feito, são coisas que precisam de providências mais urgentes. VEREADOR ENIO GROLLI: Conclui dizendo que logo será colocado outro subprefeito e espera que não acontença da mesma forma, porque o que mais deixou o subprefeito indignado é que ele pediu máquinas por três meses e no dia seguinte a sua exoneração elas estavam lá trabalhando. Uso da Tribuna: VEREADOR JURANDIR BONDAN: O vereador primeiramente mostra um vídeo da Senadora Ana Amélia Lemos que fala sobre Carlos Barbosa e o orgulho de ser a casa do melhor time de futsal, único brasileiro campeão mundial reconhecido pela Fifa. Quando o município recebeu o título de capital nacional do futsal o vereador já era sabedor de que a proposta havia saído das mãos da Associação do bairro Ponte Seca e o vereador os procurou para saber se haviam sido reconhecidos pelo esforço pois no dia que houve a festa com a presença da Senadora a associação não foi mencionada e o vereador acha que a Câmara deveria fazer a moção para agradecer pois o pontapé inicial foi deles. Em sua moção fala do Clóvis Tramontina pois é sabido da luta dele para manter a ACBF. ACBF tem escolinha, cria cidadãos e quem sabe atletas para o mundo, por isso gostaria que a moção fosse aprovada. A Associação dos moradores do Bairro Ponte Seca teve o cuidado de registrar todos os momentos pelos quais passaram para chegar ao título. Também fala de suas indicações para podas de árvores que estão tocando a fiação de luz o que é bastante perigioso mesmo não sendo alta tensão, até a placa de sinalização 'Pare' está encoberta pela vegetação. Também faz indicação para mudar preferencial de uma rua no bairro Vila Nova, pois é uma subida íngreme que dificulta a parada, assim como tem outras no município. A criação de espaço de carga e descarga na frente da Ferragam Barbosense ou próximo, pois além da Ferragem tem outros locais que necessitam e seria bastante viável. Fala também do estacionamento oblíquo na frente do Posto do Guerra que a metragem da vaga dificulta bastante para sair, precisariam providências urgentes para aumentar as vagas. Aparte Vereador Denir Gedoz: Quanto a carga e descarga na Ferragem Barbosense logo a zona azul será estendida e deverá regulamentar isso. Quanto a Capital Nacional do Futsal o vereador diz ter participado de forma ativa e diz que é muito importante a indicação da Associação dos moradores e sem dúvida nenhuma divulga muito a cidade. Teve vários envolvidos no caminho e o vereador diz que a Associação recebeu através da ACBF uma homenagem no ano de 2016 nos 40 anos em que o vereador era Presidente da comissão dos 40 anos na presidência na época do Ari Heck, recebendo na festa dos 40 anos uma menção e moção, na parte da ACBF a

ORDINÁRIA

homenagem foi feita e agora o vereador é favorável a homenagem por parte do município. Aparte Vereador Enio Grolli: Sobre o estacionamento que o vereador Jurandir menciona o vereador Enio diz que realmente foi feito no inverso e o vereador ligou para o secretário e foi visto que estava errado e foi parado, assim que terminar de fazer todas as pinturas será refeita a pintura na frente do Posto. Aparte Vereador Ari O. Battisti: Parabeniza o vereador pelo assunto trazido, diz que o pontapé inicial foi dado pela Associação do bairro Ponte Seca e é inegável que quem começou com tudo foram eles e o vereador vê a indignação da própria Associação quando foi mencionado que eles receberam uma homenagem e a Associação diz que não é verdade, é preciso saber realmente o que aconteceu, porque fica uma situação muito ruim para a Câmara e para a Associação, mas eles tem esse mérito pois foram atrás, deram o pontapé inicial para que a cidade levasse o título. Diz que o exemplo é uma coisa que seria bom ser seguido, pois em certo momento quando o vereador batia fotos do estacionamento viu o carro que faz a pintura parado em frente a farmácia com alertas ligados, tomando chimarrão, se o municípe faz a mesma coisa é multado. Aparte Vereador Alef Assolini: Fala da importância da moção que o vereador fez e dentre tantas pessoas envolvidas foi possível formar o time e fazer este gol, trazendo a vitória para Carlos Barbosa e o vereador agradece a todo mundo que se envolveu porque foram realmente muitas pessoas, fica feliz com o resultado e diz que trará muitos frutos para a cidade. Aparte vereador Fabio Dolzan: Parabeniza o vereador por suas colocações. Comenta sobre a zona azul porque foi um pedido feito também pelo vereador Kirch e até agora não foram tomadas as medidas pertinentes. O Vereador diz que na Dr. Carlos Barbosa tem apenas um parquímetro, existem pontos de vendas mas alguns municípes não sabem disso, muitos também não sabem utilizar o aplicativo, a zona azul foi expandida mas os parquímetros reduzidos, o que dificulta bastante em certos pontos da cidade. VEREADOR JURANDIR BONDAN: Comenta que outra questão importante seria os 10 minutos de tolerância que a princípio foram retirados, tinha sido aprovado e não está mais tendo, quando estaciona tem que pagar e isso tem causado transtornos. Aparte Luciano Baroni: Ao vereador lhe parece lógico, qualquer pessoa devia ligar para a Brigada ou Fiscalização de Trânsito e seria multado igualmente como qualquer outro carro, porque é totalmente fora de padrão, não pode haver distinção. Quanto as faixas diz que está fora do comum, há pessoas com dificuldades de operar o parquímetro mas é necessário um pouco de bom senso e paciência, é um sistema completamente novo que ainda há necessidade de se adequar, as dificuldades tem que ser levadas ao setor competente mas o secretário está muito atento e revendo as necessidades. É absolutamente normal a dificuldade de operar no começo porque é um sistema totalmente novo e poucas cidades possuem. VEREADOR JURANDIR BONDAN: Diz que são importantes as colocações do vereador Luciano mas também teria que ter um pouco de tolerância do lado contrário, deixando 1 mês pro pessoal se acostumar, onde comprar tickets, porque o pessoal tem que se adequar. Aparte Vereador Miguel Alberto Stanislososki: Fala sobre a rua Antonio Adriano Guerra que foi pintado dois lados de azul, no Magagnim também, e depois foi refeito porque o pessoal da empresa que fez sem pedir. Há lojas que possibilitam a compra de ticket para ser mais fácil. Outra coisa que é necessário fazer é deixar a zona azul como antes, pagar por dia ou mês, ter a carteirinha porque muitas pessoas estão reclamando. Uso da Tribuna: VEREADOR MIGUEL ALBERTO STANISLOSOSKI: O vereador leva dois assuntos a Tribuna, primeiro sobre a torre do celular para Arcoverde que não é de agora que está sendo batalhado, há muito se luta para que o sinal seja bom para a população, há muito o trabalho foi começado, já teve uma comissão, o vereador tem abaixo-assinado com mais de 600 assinaturas e vários documentos que demonstram o trabalho, protocolo no Ministério Público. O vereador ouviu pelo rádio em seu afastamento um depoimento que dizia que ia buscar forças junto a Aci, Santa Clara, Tramontina e protocolar no Ministério Público e o vereador já tem tudo isso. Para os vereadores que não tem conhecimento o vereador trabalhou bastante com pessoas de Arcoverde e

ORDINÁRIA

Coblens, foi para todas as reuniões e se outros vereadores não são convidados o vereador não tem culpa e já tem reunião agendada com a Vivo, documentos advindos da ACI, o bom trabalho feito pelo presidente da ACI e comissão. A deputada Zilá também está ajudando bastante e pegará todos os documentos depois da reunião e protocolará na Anatel. Aparte Vereador Enio Grolli: Diz que é ótimo que o vereador também esteja trabalhando em prol da comunidade, como ele também está, cada um está fazendo seu trabalho. O vereador mostra documentos que também protocolou e em cima do trabalho que fez foi protocolar um pedido na Anatel em Porto Alegre, o vereador pegou empresas do 2º distrito, Tramontina e Santa Clara que tem funcionários do interior, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o vereador pediu apoio, é morador do 2º distrito e agora como vereador também deve satisfações a comunidade e está trabalhando para conseguir resolver o problema. VEREADOR MIGUEL ALBERTO STANISLOSOSKI: Diz que o vereador sabia bem que há anos a comissão está trabalhando em cima disso e o vereador espera que não haja confronto por ter 2 vereadores que cheguem a Anatel com o mesmo pedido e diz que vai lutar para o serviço seja disponibilizado para a comunidade. Fala também de uma emenda vinda da Deputada Yeda Crusius de 250.000 reais para Arcoverde. Encaminhou outro oficio a deputada pedindo mais uma ambulância para Carlos Barbosa, e quando abrir inscrição a prefeitura vai inscrever o asfaltamento do início da cidade até a Igreja de Arcoverde. Diz que em outro momento perdeu uma emenda de 250.000 reais para Desvio Machado e o atual prefeito pelo menos é aberto a diálogos fazendo com que os vereadores não percam os recursos conseguidos. Aparte Vereador Ari O. Battisti: Diz que frenquenta muito Arcoverde, e está muito preocupado que dois vereadores tenham o mesmo assunto e vão protocolar separados, se a comunidade tem uma comissão esta devia puxar a frente com o apoio de quem quer que seja, mas que seja um apoio positivo para a demanda. Tem que batalhar todos juntos em uma única comissão, pra não ficar sempre o mesmo assunto e não parecer que os vereadores estão desunidos. Parabeniza o vereador Miguel que luta há mais de 10 anos para isso. Aparte Maria Rosalia Freitag Cousseau: Pede que seja mantida a ordem porque estão lutando pelo mesmo problema, quem sai ganhando é a comunidade, mas o que o vereador Ari é importante, é preciso chegar em um consenso, trabalharem juntos para não ficar dois vereadores no mesmo assunto. O vereador Miguel começou a luta há muito tempo e os dois vereadores deviam trabalhar juntos porque quem sai ganhando é a comunidade. O que os dois vereadores estão fazendo é importante e é importante que façam em comum acordo. VEREADOR MIGUEL ALBERTO STANISLOSOSKI: Diz que está trabalhando para a comunidade, e tem todos os documentos assinados para a demanda, e o vereador Enio não precisava reabrir um novo processo. O vereador Miguel continuará batalhando pois as comunidades merecem. Ordem do Dia: Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 23/2018 - Bancada PP - Rejeitada por 6 votos contrários e 4 favoráveis; Projeto de Lei nº 23/2018 – Altera dispositivos da Lei nº 3.469, de 28 de novembro de 2017, que autoriza o Poder Executivo a firmar parcerias com Associações de Estudantes para viabilizar o transporte às instituições de ensino e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 28/2018- Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente em regime emergencial e de excepcional interesse público, Técnico em Enfermagem. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei 32/2018 – Autoriza o Município de Carlos Barbosa a firmar termo de Cessão de Uso com a Orquestra Municipal de Carlos Barbosa. Baixa para as comissões de Justiça e Redação e Educação e Cultura. Pedido de Informações nº 06/2018 - Vereador Jurandir Bondan - Pedido de Informações sobre o Loteamento Santa Helena. *Aprovado por unanimidade*. Moção nº 03/2018 - Vereador Jurandir Bondan - Moção de Louvor à Associação de Moradores do Bairro Ponte Seca, pela sugestão e encaminhamento dos trâmites necessários pra a concessão do título de Capital Nacional do Futsal para a cidade de Carlos Barbosa, bem como ao Senhor Clóvis Tramontina pelo apoio incondicional para o desenvolvimento das atividades da ACBF. Aprovada

ORDINÁRIA

por unanimidade. Moção nº 04/2018 — Vereador Luciano Baroni — Moção de apoio à proposta de Emenda Constitucional nº 35, de 2015 que "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Aprovada por unanimidade. Explanações Pessoais: Não há inscritos. A Presidente Maria Rosalia Freitag Cousseu agradece a presença de todos e convida para a próxima sessão a ser realizada no dia 23 de abril de 2018, segunda-feira às 18h30 no Plenário Evaldo Loose, da Câmara de Vereadores.